



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE DESAPENSAÇÃO

(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Requer a desapensação da Projeto de Lei nº 3.419, de 2012, do Projeto de Lei nº 3.245, de 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Projeto de Lei nº 3.419, de 2012, seja desapensado do Projeto de Lei nº 3.245, 2008.

JUSTIFICATIVA

O apensamento do Projeto de Lei nº 3.419, de 2012, ao PL nº 3.245, 2008, não atende aos requisitos expressos no artigo 139, inciso I, e artigo 142, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Com efeito, o PL 3.245/2008, objetiva inserir o art. 13-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A inserção estabelece que a prestação de serviços públicos essenciais aos consumidores de baixa renda será subsidiada, mediante instituição de tarifa social. Define, ainda, que são considerados serviços públicos essenciais, entre outros previstos em lei, o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento de água para consumo humano e esgotamento sanitário.

Por sua vez, o PL nº 3.419, de 2012, altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para determinar a inserção automática de todos os beneficiários do Programa Bolsa Família na Tarifa Social de Energia Elétrica, independentemente de qualquer outra formalidade.

Como mencionado, a Lei nº 8.987/1995 (Lei de Concessões) trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabelecendo regras gerais sobre a qualidade do serviço prestado, os direitos e obrigações dos usuários, a política tarifária, licitação, contrato de concessão, entre outros temas.

Já a Lei nº 12.212, de 2010, regulamenta a Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

Desta forma, percebe-se que o escopo do Projeto de Lei nº 3.419, de 2012, que é assegurar aos beneficiários do Programa Bolsa Família a inserção automática na Tarifa Social de Energia Elétrica, é totalmente diferente do PL nº 3.245, de 2008, que apenas determina que a prestação de serviços públicos essenciais aos consumidores de baixa renda deverá ser subsidiada.

Ademais, a forma automática de inclusão dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Tarifa Social de Energia Elétrica tem em vista que a população que participa deste programa é de baixa renda e com uma vulnerabilidade social que pode impedir a fruição do direito de se inscrever na Tarifa Social.

Não se pode deixar de considerar que se toda proposição que utilizar um termo específico for apensada unicamente por causa desta análise objetiva, o processo legislativo será prejudicado, significativamente, pois não será dada a oportunidade de realização de debate individual e profundo de cada tema que é tratado em legislação específica.

Assim, pelas razões expostas, verifica-se que não há identidade que justifique a tramitação conjunta das proposições, pelo que se requer o desapensamento do Projeto de Lei nº 3.419, de 2012, do PL nº 3.245, 2008.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2017.

Deputado Eduardo da Fonte

PP/PE